



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

PA Nº 5211/2013

ATA DA 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

No dia 09 de maio de 2018, às 14h38, o Excelentíssimo Desembargador-Presidente, Platon Teixeira de Azevedo Filho, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Presidente, Paulo Sérgio Pimenta, a Excelentíssima Juíza Wanda Lúcia Ramos da Silva, representando o Diretor da Escola Judicial, o Excelentíssimo Juiz Auxiliar da Presidência Kleber de Souza Waki e os servidores Ricardo Werber P. de Lucena - Diretor-Geral, Marcelo Marques de Matos - Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, Túlio César Ferreira Lucas - Secretário-Geral da Presidência, Cléber Pires Ferreira – Secretário-Geral Judiciário, Maria José de Lourdes - Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica, Flávia Valeska de Oliveira Costa - Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas, Cássia Maria Sebba Kafuri - Diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos, Rodrigo Amorim Martin de Sá, representando a Diretora da Secretaria de Licitações e Contratos, Augusto Claudino Dias – Chefe do Núcleo de Gerenciamentos de Precedentes, Hugo da Silva da Silva - Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, Marcos Balduino de Oliveira – Diretor da Secretaria de Controle Interno, Wilane Carlos da Silva - Diretor da Divisão de Estatística e Pesquisa, Gil César Costa de Paula – Diretor da Escola Judicial, Thiago Domiciano de Almeida – Assessor do Gabinete da Vice-Presidência, Márcia Divina Bueno Rosa - Coordenadora da Coordenadoria de Comunicação Social, Jorge Luis Machado - Chefe da Ouvidoria, Lara Cristina Nercessian Barros - Chefe da Seção de Responsabilidade Socioambiental, Robinaldo José Santos Alves - Chefe do Núcleo de Governança Corporativa de TIC, Luiz Roberto do Nascimento - Assistente de Serviço da Secretaria de recursos de Revista representando o Diretor da Secretaria de Recursos de Revista, Mateus Vargas Mendonça - Assistente Administrativo da Divisão de Apoio à Governança Corporativa, Fabiano de Almeida e Oliveira – Chefe de Serviço da Secretaria de Gerenciamento do PJE, Hugo Timo Neto – Assessor da Vice-Presidência, Flávia Ramos Queiroz Oliveira - Assistente de Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica, Rafael Ramos Tavares – Chefe da Seção de Acompanhamento de 1º e 2º Grau da Divisão de Estatística e Pesquisa e Alessandra Saavedra Montenegro – servidora da Secretaria de Gestão Estratégica reuniram-se na Presidência do Tribunal para realizar a 1ª Reunião de Análise da Estratégia de 2018.

A Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica, Maria José de Lourdes, cumprimentou os presentes, contextualizou a respeito da Reunião de Análise da Estratégia e passou a palavra para o Excelentíssimo Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, Platon Teixeira de Azevedo Filho, que abriu a reunião dando boas-vindas a todos e, em seguida, solicitou que se iniciasse o cumprimento dos itens constantes da pauta.

A Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica discorreu acerca do planejamento estratégico do nosso Tribunal. Apresentou o mapa estratégico e salientou que devemos observar os links das ações com os objetivos estratégicos e perspectivas. Destacou a necessidade de uma análise crítica pelo gestor de cada um dos indicadores, no sentido de perceber e informar quais projetos e as ações estão sendo realizadas e contribuindo

para o alcance da Missão do Tribunal.

Em seguida, os servidores responsáveis pela gestão dos indicadores do Plano Estratégico do TRT 18, apresentaram os resultados, utilizando, para tanto, gráficos elaborados a partir de dados estatísticos.

Aperfeiçoar a gestão orçamentária

Índice de execução do orçamento disponibilizado

O Diretor-Geral Ricardo Lucena falou que foi estabelecida meta de 70% para 2018 e que a estratégia utilizada para seu alcance é a realização de reuniões mensais com todos os gestores para acelerar os processos licitatórios e os contratos. Explicou também que no ano passado a execução foi muito baixa em razão da construção do complexo trabalhista e que no início do ano é natural uma execução mais baixa. A tendência é que o resultado melhore e que a meta deste ano seja cumprida.

Índice de cumprimento das metas previstas no Plano de Logística Sustentável

A chefe da Seção de Responsabilidade Socioambiental Lara Cristina discorreu sobre as variáveis que compõem os indicadores, informando que no primeiro trimestre alcançamos todas as metas, com exceção da telefonia, que em razão dos gastos com a telefonia móvel, não alcançou a meta.

O Juiz Auxiliar da Vice-Presidência, Dr. Kleber Waki questionou o porquê do valor alto do consumo com telefonia móvel, como é mensurado e se foi planejado em 100%. Foi dito que houve má previsão do número de servidores que utilizam a telefonia.

Quanto a questão do variável papel, o Secretário-Geral Judiciário Cléber citou o SIPE que gera economia de papel e que a haverá mais redução até o final do ano, pois antes eram só as varas da capital que utilizavam e atualmente está sendo expandido para as Varas do interior também.

Dr. Kleber Waki questionou sobre o consumo de combustível, pois com a renovação da frota o gasto com combustível reduziu em 23%. (redução em 2017 com relação a 2015 conforme meta do Plano de Logística Sustentável). Questionou como era mensurado a economia do combustível, se foi em Km rodado ou por litro. Lara informou que foi feita estimativa por litro de combustível e que verificará a possibilidade de aferir por km rodado.

O Desembargador Vice-presidente Dr. Paulo Pimenta indagou se existem elementos para avaliar o consumo de energia para que o Tribunal continue a redução quanto à energia. O Diretor-Geral Ricardo W. Lucena respondeu que o acompanhamento da gestão orçamentária não é apenas numérico, mas também qualitativo, o que permite avaliar se estamos seguindo caminho certo.

Dr. Paulo sugeriu a antecipação de conscientização fazendo campanha. Também pontuou que o custo com telefonia foi próximo de 600.000

Atingiu a meta no 1º trimestre, ressaltando que janeiro e fevereiro são meses em que há menor quantidade de dias de funcionamento do Tribunal e por isso os dados favoráveis do primeiro trimestre talvez não se repitam nos próximos trimestres.

Lara discorreu sobre as ações destacando que o que deve ser avaliado é a despesa com a telefonia móvel

O Desembargador-Presidente Dr. Platon sugeriu pensar em medidas para redução destes gastos.

Garantir infraestrutura física moderna e adequada

Índice de edificações da JT que possuem acesso à pessoa com deficiência

A Diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos Cássia Sebba Kafure informou que este indicador está relacionado às entregas que são feitas, como serão entregues as unidades de Goiatuba e Palmeiras, a meta

para esse ano (87,09%) praticamente já foi alcançada.

Quantidade de novas edificações concluídas

Com a entrega das unidades de Goiatuba e Pires do Rio a meta de 2 novas edificações para 2018 deverá ser alcançada.

Quantidade de unidades ampliadas e modernizadas

A meta foi alterada quando da reunião do Comitê Gestor do Planejamento Estratégico, fixada para 2018 6 unidades. As Varas de Catalão, Iporá e o Anexo Administrativo já têm o levantamento, mas ainda não tem projetos. Quanto a Catalão e Iporá terá que licitar, mas que o anexo é reforma pequena, então não será necessário.

Aprimorar e agilizar os trâmites administrativos

Índice de agilidade na tramitação dos processos administrativos de aquisição de bens e serviços

O servidor Rodrigo representando a Diretora da Secretaria de Licitações e Contratos apresentou o gráfico demonstrando a evolução dos resultados do indicador, que em 2017 a meta foi superada em 5%.

Ressaltou também que o 1º trimestre está em 43%. E que o resultado do primeiro trimestre deste ano, comparando ao mesmo período do ano passando melhorou.

O desempenho do primeiro trimestre do ano passado foi de 58,7%, e em 2018 está em 61,8%.

Discorreu sobre os projetos e iniciativas implementados pela unidade para melhoria do resultado e em seguida falou sobre a análise crítica.

Tempo médio de duração dos processos de pedido de concessão de benefícios a magistrados

O Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, Marcelo Marques, disse que partiu da linha base de 58 dias em 2015, que houve melhoria dos resultados com o apoio da STI, na criação dos sistemas SGM e SISDOC otimizando as rotinas na SCR, com isso o tempo em 2017 foi de 11 dias e o prazo atual é de 8 dias. Com isso ressaltou que o atual cenário é de forte tendência a que muitos magistrados se aposentem, o que deverá aumentar o prazo médio.

Ao questionamento do Diretor-Geral sobre o tempo médio elevado em 2016, respondeu que o resultado foi de 104 dias pois na época o SISDOC não mostrava a realidade. Atualmente os resultados melhoraram devido aos sistemas que a STI ajudou a desenvolver e também às rotinas de trabalho que foram melhoradas.

Taxa de processos de pedido de concessão de benefícios a servidores solucionados no prazo

A Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas Flávia Valeska fez uma comparação entre o primeiro trimestre de 2017 que foi de 52,6% e o equivalente ao mesmo período em 2018 que está em 67,56%, mostrando a evolução do resultado do indicador.

Taxa de pleitos solucionados

Informou que ano passado o primeiro trimestre obteve resultado de 60,5% e que no período equivalente este ano o resultado foi de 80,39%, demonstrando que houve aumento na taxa de pleitos solucionados.

Agilizar o trâmite das execuções trabalhistas e fiscais
Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional
Estimular a conciliação
Gerir as demandas repetitivas e os grandes litigantes
Índice de processos julgados O Diretor da Divisão de Estatística e Pesquisa Wilane Carlos da Silva falou da meta atual de 92% e que o cenário do IPJ do 1º grau é bem parecido com o cenário geral. Quanto a análise crítica, ponderou que houve uma redução dos processos solucionados e casos novos, e com isso, já alcançamos a meta. Esse resultado foi devido a implantação das ações sugeridas e divulgação das boas práticas no projeto “TRT Para Todos”, assim como o engajamento dos servidores e magistrados. Dr. Platon indagou porque estamos julgando menos que 2017 e Dr. Paulo justificou que foi devido à redução de passivos de férias, que a produção caiu. Falou sobre a análise pré e pós reforma trabalhista, houve a inversão da quantidade de processos por rito, com aumento os do rito sumaríssimo. Que no segundo grau a reforma ainda não impactou, deve demorar até meio ou final do ano para impactar. As conciliações, soluções e a porcentagem de acordos também caíram comparando dezembro de 2016 a março de 2017 e dezembro de 2017 a março de 2018. Foi solicitado verificar qual foi o percentual de conciliação relativo ao CEJUSC, pois no final do ano houve uma reestruturação. Wilane ficou de fazer e entrega para Kleber Waki
Índice de processos antigos julgados Foi informado que a meta não mudou, mas o resultado do primeiro trimestre deste ano comparado ao mesmo período do ano passado já está 1,6% melhor. Depois falou do 1º grau, que nos meses de janeiro a março. Sobre o 1º grau falou que nos meses de janeiro a março houve aumento do índice de 1,2% em relação ao ano passado. O relatório de estatística está no portal para acompanhamento dos resultados.
Índice de conciliação – Fase de conhecimento Foi informado que estamos a 1,2 pontos percentuais para alcançar a meta e também a alteração da cláusula de barreira do ano passado de 54% para 48% este ano, que corresponde a nossa meta atual. Houve queda do índice devido ao momento que o país atravessa, a reforma trabalhista. Foi ressaltado que o acordo extrajudicial pode impactar no futuro.
Índice de execução Mostrou o aumento do índice e feita explicação para esse aumento Dr. Paulo destacou que as varas demoram para arquivar o processo com a execução já resolvida. Foi sugerido verificar se a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor resulta na baixa Cleber Informou que a possibilidade de baixa (arquivo) de execuções em recuperação judicial ou falência aguarda resposta da Corregedoria Geral.
Índice de ações coletivas julgadas

Foi dito que ano passado batemos a meta. Para cumprir a meta esse ano precisa julgar 6 processos dentro de 10 processos relacionados. Dr. Paulo Pimenta disse que os processos da 12ª VT e da Vara de Itumbiara poderão sair da lista. Dr. Marcelo ressaltou que a meta é difícil pois é necessário julgar 6 processos dentre 8. Solicitou o monitoramento do último andamento destes processos listados para a próxima RAE.
Índice de redução do acervo dos maiores litigantes O Diretor da Divisão de Estatística e Pesquisa Wilane Carlos da Silva falou que a meta já foi cumprida. No 1º grau também estamos bem. Dr. Paulo Pimenta ressaltou que no ano passado não cumprimos essa meta no 2º grau, que os processos suspensos ou sobrestados não integram o acervo de maiores litigantes, somente voltando a compor a lista quando é encerrada a suspensão ou sobrestamento. Falou também que há processos que devem ser excluídos, a exemplo dos processos de terceirização
Tempo médio de duração do processo – 1ª instância – Fase de conhecimento Informado que a meta é a mesma do ano passado, a cláusula de barreira é de 148 dias, que em abril a meta já está quase sendo batida, já estamos com 151 dias
Tempo médio de duração do processo – 2ª instância Foi dito que esse indicador é o maior desafio para esse ano, houve mudança de cálculo, considerando no novo cálculo o tempo de ajuizamento até o julgamento (data da sessão e não da publicação). Cleber ressaltou que a contagem do prazo cessa com o registro do resultado do julgamento e que o ideal é que fosse feito no dia da sessão. Dr. Paulo solicitou que seja feito um trabalho para que os servidores das turmas façam o lançamento no dia da sessão. Foi apresentado um panorama geral dos das 9 metas no 1º trimestre de 2018 informando que a maioria dos indicadores tiveram suas metas alcançadas.

Fortalecer os processos de governança
Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida
Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC
IGovTIC-JUD - Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC-JUD O Diretor da Divisão de Apoio à Governança Corporativa Robnaldo José Santos Alves informou a classificação do Tribunal que ficou com nota em 2017 de 0,75, correspondendo ao nível de maturidade aprimorado, classificação no segmento (TRTs) 5º dentre os 24 tribunais e na classificação Geral 11º (de 92). Discorreu sobre as iniciativas estabelecidas para alcançar 0,80 em 2018.
IgovTI O Diretor da Divisão de Apoio à Governança Corporativa irá disponibilizar um servidor de sua equipe para o Controle Interno para melhorar o IgovTI afim de atingir a meta. Informou que em 2017 foi feito um levantamento integrado de todos os Igovs e em 2017 a meta “aprimorado” prevista para 2018 foi alcançada. Foi dito também que não foi possível definir notas numéricas para as metas até 2020, vez que a fórmula do indicador ainda não foi disponibilizada pelo TCU - Tribunal de Contas.
Índice de Governança – Igov

Foi dito que práticas que acontecem nele refletem em todos os outros Igovs. Citou duas iniciativas (prática de ética e gestão de risco) que melhoraram o estágio. Informou que o nível atual do Tribunal é intermediário e as duas ações citadas talvez não impactem no levantamento feito em 2017, mas podem impactar no levantamento de 2018, cujo resultado deverá sair em 2019.
IgovPessoas Reflete a Governança e Gestão de Pessoas. Para melhorar esse indicador, discorreu sobre as iniciativas, como a elaboração do plano Estratégico da Gestão de Pessoas. Na próxima reunião do Comitê Gestor Local de Pessoas, que deverá ocorrer em junho, será deliberado qual será a unidade gestora do indicador e quem acompanhará a execução do Plano Estratégico da Gestão de Pessoas
Índice de qualidade de vida no trabalho Foi noticiado que a empresa que estava em estudo para análise na hora de efetivar a contratação não estava com a certidão do FGTS. A equipe do projeto se reuniu para decidir se a própria equipe do TRT poderia fazer a pesquisa, mas foi decidido não ser a melhor opção. Chegou-se a conclusão que será realizada licitação, que já se iniciou. As metas sugeridas foram aprovadas: Quanto a periodicidade, será de definir na reunião do Comitê Gestor do Planejamento Estratégico.
Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania
Índice de satisfação do atendimento ao cliente Foi dito que a pesquisa aplicada por empresa especializada implicará em maior fidedignidade do resultado. A fórmula de cálculo da linha base foi mantida (2016: 66,27% de favorabilidade) as metas sugeridas foram aprovadas. (2018: 68%, 2019: 69% e 2020:70%)
Índice de satisfação dos clientes quanto aos serviços prestados pelo TRT 18 Foi dito que a pesquisa aplicada por empresa especializada implicará em maior fidedignidade do resultado. As metas sugeridas foram aprovadas.
Coefficiente de acessibilidade à jurisdição Foi dito que o risco é o orçamento, se não houver corte, conseguiremos alcançar a meta

Por fim, o Desembargador-Presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos, oportunidade em que disse que o nosso desafio é cumprir todas as metas para o próximo ano e que a reforma trabalhista poderá contribuir para o atingimento delas. Pediu à todos não desistir das metas, trabalhar em conjunto, não deixar que a dificuldade encontrada seja empecilho para o cumprimento delas. Que todos se ajudem e com alegria. O Vice-Presidente observou que estamos melhorando nossos números a cada ano. Deu-se por encerrada a reunião às 16h39

Eu, Alessandra Saavedra Montenegro, servidora da Secretaria de Gestão Estratégica, lavrei a presente ata, que, a seguir, foi assinada eletronicamente pelos magistrados e servidores presentes.

ASSINATURAS

[Documento assinado eletronicamente por]

ALESSANDRA SAAVEDRA MONTENEGRO

ANALISTA JUDICIARIO

GIL CÉSAR COSTA DE PAULA

DIR DIV CJ-01

LARA CRISTINA NERCESSIAN DE BARROS

CHEFE DE SEÇÃO FC-4

RICARDO WEBSTER PEREIRA DE LUCENA

DIRETOR-GERAL CJ-4

MARCELO MARQUES DE MATOS

DIR DE SECRET-CJ-3

MÁRCIA DIVINA BUENO ROSA

COORDENAD CJ-02

TÚLIO CÉSAR FERREIRA LUCAS

SEC GERAL PRES CJ4

HUGO DA SILVA DA SILVA

DIR DE SECRET-CJ-3

CLEBER PIRES FERREIRA

SEC GERAL JUD CJ-4

JORGE LUIS MACHADO

SEC OUVIDORIA FC-6

MARIA JOSÉ DE LOURDES

DIR DE SECRET-CJ-3

PAULO SÉRGIO PIMENTA

DESEMB. VICE PRES. TRIBUNAL

CÁSSIA MARIA SEBBA KAFURI

DIR DE SECRET-CJ-3

THIAGO DOMICIANO DE ALMEIDA

ASSESSOR CJ-3

MARCOS BALDUÍNO DE OLIVEIRA

DIR DE SECRET-CJ-3

RODRIGO AMORIM MARTINS DE SÁ

ASSIST GAB FC-5

MATEUS VARGAS MENDONÇA

ASSIST ADM FC-03

ROBNALDO JOSÉ SANTOS ALVES

DIR DIV CJ-01

FLÁVIA VALESKA DE OLIVEIRA COSTA

DIR DE SECRET-CJ-3

PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO FILHO

DESEMB. PRES. DE TRIBUNAL

WILANE CARLOS DA SILVA MASSARANI

DIR DIV CJ-01

AUGUSTO CLAUDINO DIAS

CHEFE DE NUCLEO FC-6

WANDA LUCIA RAMOS DA SILVA

JUIZ TIT DE VARA DO TRABALHO

FLÁVIA RAMOS QUEIROZ OLIVEIRA

ASSIST DE SEC FC-5

LUIZ ROBERTO DO NASCIMENTO

ASSIST SERV FC-4

HUGO TIMO NETO

ASSESSOR CJ-3

RAFAEL RAMOS TAVARES

CHEFE DE SEÇÃO FC-4

Goiânia, 29 de maio de 2018.